

**CIRCULAR**

SÉRIE A

Nº. 1354

**Assunto: Instruções para preparação do Orçamento do Estado para 2010** aprovadas por despacho, desta data, de Sua Excelência o Secretário de Estado Adjunto e do Orçamento

**I - INSTRUÇÕES PARA A ORÇAMENTAÇÃO****1. REGRAS GERAIS**

**1.1.** A preparação dos projectos de orçamento para 2010 pelos serviços e organismos da Administração Central deve reger-se pela Lei do Enquadramento Orçamental<sup>1</sup>, pelo Sistema de Avaliação do Desempenho da Administração Pública (SIADAP)<sup>2</sup> e pela Lei de Vínculos, Carreiras e Remunerações (LVCR)<sup>3</sup> e deve fundamentar-se no respectivo plano de actividades, elaborado após a definição dos objectivos do serviço, e no correspondente mapa de pessoal para 2010, de modelo publicitado pela Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

**1.2.** Por forma a dar cumprimento às regras definidas no presente capítulo, os serviços e organismos da Administração Central devem respeitar o *plafond* distribuído pelas tutelas e as directrizes constantes da presente Circular.

**1.3.** Deve dar-se cumprimento ao calendário constante do Anexo I para envio à DGO da informação requerida na presente Circular e para o carregamento informático dos projectos de orçamento. A DGO divulgará na sua página electrónica o ponto de situação da elaboração dos projectos de orçamento por Ministério.

<sup>1</sup> Lei n.º 91/2001, de 20 de Agosto, alterada e republicada pela Lei Orgânica n.º 2/2002, de 28 de Agosto, alterada pela Lei n.º 23/2003, de 2 de Julho e alterada e republicada pela Lei n.º 48/2004, de 24 de Agosto.

<sup>2</sup> Lei n.º 66-B/2007, de 28 de Dezembro.

<sup>3</sup> Lei n.º 12-A/2008, de 27 de Fevereiro.

## 2. DESPESAS COM O PESSOAL

2.1. As verbas a orçamentar nas Despesas com Pessoal obedecem às seguintes regras:

- a) O número de postos de trabalho a orçamentar, providos e a prover, é o que consta do mapa de pessoal, previsto no n.º 2.º, do artigo 4.º, da LVCR, aprovado pela tutela;
- b) O número de efectivos engloba todas as modalidades de vinculação, nomeadamente Nomeação, Contrato de trabalho em funções públicas, Comissão de serviço;
- c) A orçamentação é realizada com base na tabela remuneratória que vigorou em 2009;
- d) Devem ser orçamentadas todas as despesas com pessoal incluindo, nomeadamente, as seguintes:
  - i. Catorze meses de remunerações certas e permanentes e de outras despesas de natureza certa e permanente;
  - ii. A prestação de trabalho em horário normal, ou horário parcial;
  - iii. Os suplementos, subsídios ou outros itens que se inscrevam nos subagrupamentos da classificação económica 0101 e 0102;
  - iv. A contribuição da entidade patronal para a Segurança Social ou Caixa Geral de Aposentações (CGA). Neste último caso, os serviços integrados e os Serviços e Fundos Autónomos (SFA) devem orçamentar para cada efectivo, subscritor da CGA, uma percentagem de 15%;
  - v. Uma provisão para as alterações de posicionamento remuneratório obrigatórias, por opção gestionária e excepcionais e para os prémios de desempenho, previstos, respectivamente, nos artigos 46.º a 48.º e 74.º a 76.º da LVCR;
  - vi. Os contratos de prestação de serviços nas modalidades de tarefa e avença;
- e) As alíneas tipificadas relativas às eventualidades de parentalidade, subsídio social de desemprego, doença, acidentes de trabalho e doenças profissionais, bem como as contribuições para a Segurança Social nas ocorrências destas eventualidades não são objecto de orçamentação, sendo a sua dotação feita no decurso da execução orçamental à medida das necessidades, por alteração orçamental recorrendo às verbas inscritas nas rubricas de pessoal.

**2.2.** A prestação de informação sobre efectivos e a sua orçamentação é efectuada através do Anexo II (Quadros 1 e 2), disponível para carregamento no SIGO/SOE (Sistema de Informação para a Gestão Orçamental/Sistema do Orçamento do Estado), em ecrã próprio.

Nos casos específicos do Serviço Nacional de Saúde e das Escolas do ensino não superior, o respectivo Anexo II é carregado, de forma global, pela Administração Central do Sistema de Saúde e pelo Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação, respectivamente.

**2.3.** Para efeitos de orçamentação dos encargos com o pessoal colocado ou a colocar em situação de mobilidade especial, aplicam-se as instruções emitidas em 2007 através da criação de nova classificação orgânica ao nível da divisão designada “ Secretaria Geral – Sistema de Mobilidade Especial”.

### **3. LIMITES A OBSERVAR NA ORÇAMENTAÇÃO DE DESPESA**

#### **3.1. Reserva de funcionamento**

3.1.1. Na elaboração dos orçamentos de funcionamento, os serviços e organismos da Administração Central, com excepção dos pertencentes ao Serviço Nacional de Saúde e ao Ensino Superior, devem afectar 2,5% do total orçamentado à constituição de uma reserva a inscrever na rubrica de classificação económica 06.02.03 – Outras despesas correntes – Diversas – Outras, identificada através da alínea R0.00 – Reserva.

3.1.2. São excluídas do cálculo da reserva as despesas cobertas por financiamento comunitário, as transferências para outros serviços e organismos da Administração Central e as aplicações em activos e passivos financeiros.

#### **3.2. Despesas com compensação em receita dos Serviços Integrados**

3.2.1. A orçamentação das despesas cobertas com receitas consignadas deve ser precedida da previsão do crescimento daquelas receitas, a qual deve assentar numa análise cuidadosa, tendo em atenção a conjuntura macroeconómica prevista para 2010.

3.2.2. Os serviços integrados devem proceder ao carregamento da receita consignada de harmonia com o Anexo III no SIGO/SOE, em ecrã próprio.

#### **4. ORÇAMENTAÇÃO POR PROGRAMAS**

**4.1.** O Orçamento de funcionamento é estruturado por programas, medidas e actividades. A classificação por actividades obedece à listagem constante do Anexo IV.

O Orçamento de PIDDAC (Programa de Investimentos e Despesas de Desenvolvimento da Administração Central) é estruturado por programas, medidas e projectos.

A estrutura de programas será aprovada em Conselho de Ministros e será divulgada sob a forma de adenda à presente Circular.

**4.2.** O Orçamento de PIDDAC abrange apenas as despesas da responsabilidade da Administração Central. Assim, devem incluir-se as transferências para entidades que não são classificadas no perímetro das Administrações Públicas, excluindo-se todo o restante investimento dessas entidades financiado por outras fontes de financiamento.

O Orçamento de PIDDAC é composto por:

- a) Projectos com financiamento exclusivamente nacional e que não são projectos de apoio a outros co-financiados por fundos comunitários;
- b) Projectos co-financiados por fundos comunitários e respectivos projectos de apoio quando pertinente.

A orçamentação dos projectos referidos na alínea b) obedece às seguintes regras:

- a) São inscritos os projectos com candidatura aprovada ou submetidos a candidatura;
- b) As restantes verbas de financiamento nacional e de co-financiamento comunitário (este estimado na base de uma taxa de co-financiamento de 50%) são inscritas dentro das medidas, com a denominação – “Projectos a candidatar ao QREN”.

**4.3.** Os projectos co-financiados pelo Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) com candidatura aprovada são registados com os mesmos montantes e calendários com que foram aprovados. É obrigatória a inscrição do código que o projecto detém no QREN.

**4.4.** Os projectos com candidatura submetida a co-financiamento pelo QREN devem ser registados com os montantes e calendários que foram submetidos ao concurso de fundos QREN. Após a aprovação, os projectos devem ser modificados de forma a reflectir fielmente o que foi aprovado, devendo ser inserido o código que o projecto recebeu em QREN.

**4.5.** Os projectos com financiamento exclusivamente nacional não podem ser agregados com projectos com co-financiamento da União Europeia, ainda que exista uma ligação entre os dois. Nos casos em que o investimento elegível é inferior ao investimento total e é necessário

financiamento nacional adicional, deve ser criado um novo projecto cuja denominação será igual à do co-financiado acrescentando a denominação “financiamento adicional”.

**4.6.** Os projectos/actividades co-financiados devem identificar claramente a fonte de financiamento da União Europeia (UE), de acordo com o respectivo Programa Operacional (PO), usando a tabela de fontes de financiamento que se encontra no Anexo V.

**4.7.** A informação de carácter obrigatório para o plano de investimentos deve ser clara e objectiva, designadamente no que se refere à caracterização e definição de indicadores de avaliação de economia, eficácia, eficiência e à programação material.

**4.8.** Devem ser inscritos ao nível do “projecto” os investimentos relevantes enquadrados em políticas sectoriais. Sempre que seja pertinente a desagregação por Nomenclatura da Unidade Territorial – NUT, deve ser utilizado o estatuto de “Regionalização”.

Para carregamento das propostas de orçamento encontram-se disponíveis, no SIGO/SOE, as tabelas de codificação NUT e os códigos a utilizar para efeito da adicionalidade.

## **5. REGRAS A OBSERVAR NA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA**

A especificação económica deve ser objecto de desagregação em alíneas e subalíneas, no caso da despesa, e de subartigos e rubricas no caso das previsões de receita, de acordo com as instruções emitidas nos pontos seguintes e nos Anexos VI, VII e VIII da presente Circular.

### **5.1. Identificação de sectores institucionais**

As previsões de receita e as dotações de despesa devem ser inscritas com referência aos sectores institucionais envolvidos nas operações, sempre que essa identificação seja exigida, nos termos do classificador aprovado pelo Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro, não devendo ser inscritas verbas globais a desagregar posteriormente.

### **5.2. Identificação do destino da despesa de Transferências e de Subsídios**

**5.2.1.** As rubricas de despesa de transferências correntes ou de capital e de subsídios para organismos da Administração Central devem obedecer à desagregação da alínea e subalínea prevista nos Anexos VII e VIII, para identificação das entidades de destino.

5.2.2. Sempre que o destino da despesa não esteja claramente identificado, e desde que se trate de verbas sujeitas a candidatura, devem os serviços e organismos utilizar a alínea 88, subalínea 88 – “verbas sujeitas a candidatura” da classificação económica de despesa de transferências e/ou subsídios, para a sua identificação.

### 5.3. Registo das Transferências provenientes da União Europeia

#### 5.3.1. Serviços e organismos beneficiários:

- a) As verbas provenientes da União Europeia devem ser registadas no orçamento de receita do organismo beneficiário, na classificação económica 06.09.01.xx.xx ou 10.09.01.xx.xx, de acordo com a respectiva proveniência;
- b) O disposto no ponto anterior não se aplica às verbas destinadas ao financiamento de acções com suporte no Fundo Social Europeu, inscritos no orçamento da Segurança Social, as quais devem ser orçamentadas utilizando a classificação económica 06.06.03.xx.xx - Transferências correntes da Segurança Social – financiamento comunitário em projectos co-financiados.

#### 5.3.2. Serviços e organismos da Administração Central com funções de intermediários

Os serviços e organismos que são intermediários de fluxos financeiros provenientes da União Europeia devem registar as correspondentes entradas e saídas de fundos como operações extra-orçamentais, utilizando para o efeito a classificação económica da receita 17.02.00 e da despesa 12.02.00.

### 5.4. Auxílios Financeiros e Indemnizações a pessoas singulares ou colectivas

Os serviços e organismos devem registar a despesa em auxílios e indemnizações a pessoas singulares ou colectivas não integradas nas Administrações Públicas nas classificações económicas de transferências (correntes ou de capital) ou subsídios, com a seguinte desagregação por sectores institucionais beneficiários:

- **Agrupamentos 04 – «Transferências correntes» e 08 – «Transferências de capital» - subagrupamentos:**

- 01 - «Sociedades e quase sociedades não financeiras» (excepto rubricas 04.01.01 e 08.01.01);
- 02 - «Sociedades financeiras»;

- 07 - «Instituições s/ fins lucrativos»;
- 08 - «Famílias»;
- **Agrupamento 05 – «Subsídios» - subagrupamentos:**
  - 01 - «Sociedades e quase sociedades não financeiras» (excepto rubricas 05.01.01 e 05.01.02)
  - 02 - «Sociedades financeiras»;
  - 07 - «Instituições s/ fins lucrativos»;
  - 08 - «Famílias».

### **5.5. Identificação da previsão de despesas Pagas referentes a Anos Anteriores**

Os serviços e organismos da Administração Central devem inscrever separadamente as despesas do exercício e as respeitantes a compromissos assumidos em anos anteriores.

A identificação de Despesas de Anos Anteriores é efectuada, à semelhança do que já acontece na execução orçamental, pela utilização da subalínea da classificação económica da despesa, cuja segunda posição do campo será necessariamente 9.

Nas transferências e nos subsídios no âmbito da Administração Central, que se destinam aos Serviços e Fundos Autónomos, não se aplica a regra acima enunciada.

### **5.6. Identificação das despesas efectuadas no âmbito da descentralização de competências para a Administração Local.**

As transferências a efectuar para Administração Local no âmbito da descentralização de competências devem ser identificadas com a subalínea KK, de acordo com a desagregação prevista no Anexo VI.

### **5.7. Despesas com Tecnologias da Informação e da Comunicação e Aquisição de Bens de Investimento**

As despesas com tecnologias de informação e comunicação (TIC) e com aquisição de bens de capital, designadamente nas rubricas relativas a terrenos e edifícios, devem ser objecto de desagregação ao nível da alínea, em obediência ao Anexo VI.

## II - INSTRUÇÕES RELATIVAS AO REGISTO E ENVIO

### DOS PROJECTOS DE ORÇAMENTO

#### 1. PROCEDIMENTOS A OBSERVAR NO ENVIO DOS PROJECTOS DE ORÇAMENTO

**1.1.** As secretarias-gerais ou entidades com responsabilidade na gestão orçamental de cada ministério devem dar conhecimento da distribuição dos *plafonds* dos respectivos ministérios, nos termos definidos no Anexo IX, mediante envio para o endereço de correio electrónico da lista abaixo apresentada, atendendo ao respectivo ministério. Será enviado, ao serviço emissor, um aviso comprovativo da recepção do mesmo.

#### ENDEREÇOS DE CORREIO ELECTRÓNICO DA DGO:

ENCARGOS GERAIS DO ESTADO	<a href="mailto:EGE@DGO.PT">EGE@DGO.PT</a>	AGRICULTURA DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS PESCAS	<a href="mailto:MADRP@DGO.PT">MADRP@DGO.PT</a>
PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS	<a href="mailto:PCM@DGO.PT">PCM@DGO.PT</a>	OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES	<a href="mailto:MOPTC@DGO.PT">MOPTC@DGO.PT</a>
NEGÓCIOS ESTRANGEIROS	<a href="mailto:MNE@DGO.PT">MNE@DGO.PT</a>	AMBIENTE, ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO	<a href="mailto:MAOTDR@DGO.PT">MAOTDR@DGO.PT</a>
FINANÇAS E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA	<a href="mailto:MFAP@DGO.PT">MFAP@DGO.PT</a>	TRABALHO E SOLIDARIEDADE SOCIAL	<a href="mailto:MTSS@DGO.PT">MTSS@DGO.PT</a>
DEFESA NACIONAL	<a href="mailto:MDN@DGO.PT">MDN@DGO.PT</a>	SAÚDE	<a href="mailto:MS@DGO.PT">MS@DGO.PT</a>
ADMINISTRAÇÃO INTERNA	<a href="mailto:MAI@DGO.PT">MAI@DGO.PT</a>	EDUCAÇÃO	<a href="mailto:ME@DGO.PT">ME@DGO.PT</a>
JUSTIÇA	<a href="mailto:MJ@DGO.PT">MJ@DGO.PT</a>	Ciência, tecnologia e ensino superior	<a href="mailto:MCTES@DGO.PT">MCTES@DGO.PT</a>
ECONOMIA, DA INOVAÇÃO E DO DESENVOLVIMENTO	<a href="mailto:MEI@DGO.PT">MEI@DGO.PT</a>	CULTURA	<a href="mailto:MC@DGO.PT">MC@DGO.PT</a>

O assunto da mensagem de e-mail e o nome a atribuir ao ficheiro devem adoptar uma descrição com a seguinte estrutura:

MINISTÉRIO XX – NOME DO SERVIÇO – ANEXO XX DA CIRCULAR XXXX – OE2010



**1.2.** Os serviços devem recolher junto da respectiva tutela todos os elementos necessários à elaboração da sua proposta de orçamento, procedendo ao seu registo no SIGO/SOE ([www.sigo.min-financas.pt](http://www.sigo.min-financas.pt)), nas componentes relativas ao funcionamento e ao PIDDAC, até ao dia 18 de Dezembro.

**1.3.** No mesmo prazo, os serviços e organismos devem remeter à DGO, através do módulo PO – Projectos de Orçamento, dos Serviços online da DGO (<http://www.dgo.pt/ServicosOnline>)<sup>4</sup>, respeitando o modelo definido no Anexo X:

- i) Memória Justificativa do orçamento de funcionamento e correspondente Declaração de Conformidade, assinada com assinatura digital qualificada pelo dirigente máximo do serviço ou organismo;
- ii) Memória Justificativa do orçamento de PIDDAC e respectiva Declaração de Conformidade, assinada com assinatura digital qualificada pelo dirigente máximo do serviço ou organismo;
- iii) Mapa OE- 12 (Projecto OE dos serviços integrados) ou Mapa OP – 01 (Projectos OE dos Serviços e Fundos Autónomos), extraído do SIGO/SOE;
- iv) Mapas de Pessoal do serviço ou organismo aprovado pela tutela.

Os elementos supramencionados não podem exceder a dimensão de 500 Kbytes, recomendando-se apenas o envio de documentos “nado-digital”.

**1.4.** Os serviços e fundos autónomos que apliquem o POCP ou planos sectoriais, devem ainda fazer acompanhar o projecto de orçamento dos seguintes documentos:

- Balanço previsional (2010)
- Demonstração de resultados previsional (2010)

Estes documentos podem igualmente ser enviados através do módulo PO – Projectos de Orçamento, dos Serviços *online* da DGO, juntamente com os restantes documentos referidos no ponto anterior, desde que respeitem a dimensão total de 500 Kbytes. Caso não se verifique este limite, o balanço e demonstração de resultados previsionais devem ser enviados para a DGO em suporte informático (Compact Disc – CD, ou PEN).

---

<sup>4</sup> O processo de autenticação e as regras gerais de funcionamento são as descritas na circular Nº 1353 / SÉRIE A. Uma vez autenticado, o serviço deverá seleccionar o módulo PO- Projectos de Orçamento. Para Informação mais detalhada sobre o funcionamento do módulo PO - Projectos de Orçamento deve consultar o manual disponibilizado por este módulo.

## **2. DISPONIBILIZAÇÃO AOS SERVIÇOS DOS ORÇAMENTOS APROVADOS**

Após a aprovação do Orçamento do Estado para 2010 (OE/2010), o orçamento é disponibilizado através do SIC ou do GERFIP/RIGORE (Gestão de Recursos Financeiros Partilhada/Rede Integrada de Gestão Orçamental e de Recursos do Estado), consoante o sistema utilizado pelos serviços.

## **3. ACTUALIZAÇÃO DO SISTEMA CENTRAL DE CONTRATOS PLURIANUAIS**

Os serviços e organismos, devem garantir que o SCCP – Sistema Central de Contratos Plurianuais, do SIGO/SOE, se encontra actualizado, com vista à obtenção do Mapa XVII – “Responsabilidades contratuais plurianuais dos Serviços Integrados e dos Serviços e Fundos Autónomos, agrupadas por ministérios”.

### **III – RESPONSABILIDADE FINANCEIRA**

É reforçada, para efeitos de apresentação e aprovação da proposta de orçamento para 2010 nos termos determinados pela presente Circular, a responsabilidade financeira das entidades hierarquicamente superiores dos serviços.

### **IV – DIVULGAÇÃO DA PRESENTE CIRCULAR**

Vai ter lugar no dia 4 de Dezembro, pelas 15:00 horas, nas instalações da DGO, uma sessão de apresentação e esclarecimento da presente Circular às secretarias-gerais e entidades coordenadoras sectoriais.

Devem as secretarias-gerais alertar todos os organismos hierarquicamente subordinados ou sob tutela do respectivo ministério, incluindo todos os fundos e serviços autónomos, de que a presente circular se encontra disponível no sítio da DGO ([www.dgo.pt](http://www.dgo.pt)).

Direcção-Geral do Orçamento, 27 de Novembro de 2009

O Director-Geral do Orçamento

(Luís Morais Sarmento)

## **ANEXOS**

**Anexo I** Calendário de elaboração do OE/2010

**Anexo II** Despesas com pessoal - Quadros 1 e 2

**Anexo III** Receita consignada

**Anexo IV** Lista e codificação das áreas de actividades para elaboração do OE/2010

**Anexo V** Tabela de fontes de financiamento

**Anexo VI** Alíneas e subalíneas da Classificação Económica das Despesas Públicas de tipificação vinculativa

**Anexo VII** Lista codificada dos Serviços e Fundos Autónomos.

**Anexo VIII** Lista codificada dos Serviços Integrados.

**Anexo IX** Distribuição do *Plafond* por serviços e número de efectivos orçamentados

**Anexo X** Memória Justificativa e Declaração de Conformidade





Direcção-Geral do Orçamento

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## Anexo I

### Calendário de Elaboração do OE/2010

Acção		Entidade responsável	Data
1	Circular de preparação dos projectos de orçamento dos serviços	DGO	27 de Novembro de 2009
2	Sessão de apresentação e esclarecimento da circular de preparação dos projectos de orçamento	DGO	4 de Dezembro de 2009
3	Carregamento informático das propostas de orçamento	Serviços e organismos da AC	Até 18 de Dezembro de 2009

**ANEXO II**  
**Despesas com pessoal**  
**QUADRO 1**

Ministério:

Serviço:

Código	Descrição	Nº de Effectivos no mapa de pessoal de 2009 (art 5º LVCR)	Nº de Effectivos previstos a 31-12-2009	Valor Previsto para 2009 (€)	Nº de Effectivos Orçamentados para 2010	Valor Orçamentado para 2010 (€) a)
<b>1</b>	<b>CARGOS NÃO INSERIDOS EM CARREIRAS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>1.001</b>	<b>Dirigentes</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
1.001.01	Direcção superior de 1º grau					
1.001.02	Direcção superior de 2º grau					
1.001.03	Direcção intermédia de 1º grau					
1.001.04	Direcção intermédia de 2º grau					
1.001.05	Direcção intermédia de 3º grau					
1.001.06	Direcção intermédia de 4º grau					
1.001.07	Direcção intermédia de 5º grau					
<b>1.002</b>	<b>Não Dirigentes</b>					
<b>2</b>	<b>CARREIRAS GERAIS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
2.001	Assistente Operacional					
2.002	Assistente Técnico					
2.003	Técnico Superior					
<b>3</b>	<b>CARREIRAS ESPECIAIS</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
3A	Defesa e Segurança b)					
3B	Outras					
<b>4</b>	<b>CARREIRAS/CATEGORIAS SUBSISTENTES</b>					
<b>9</b>	<b>CARREIRAS NÃO REVISTAS c)</b>					
<b>10</b>	<b>Restantes rubricas das Despesas com Pessoal não enunciadas acima d)</b>					
<b>TOTAL</b>		<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>

**Nota:** Os valores do quadro englobam todas as modalidades de vinculação, designadamente, Nomeação, Contrato de trabalho em funções públicas e Comissão de serviço, nas rubricas da classificação económica 0101, 0102 e 0103.

a) Orçamentação dos efectivos na base de 14 meses de pagamentos nas rubricas de Remunerações Certas e Permanentes e Contribuições para a Segurança Social. Nas restantes rubricas a orçamentação deve ser feita com base na previsão.

b) Forças Armadas, GNR, PSP e Guardas Prisionais.

c) Carreiras constantes do Anexo VII, ao Decreto-Lei n.º 121/2008, de 11 de Julho.

d) Inclui, entre outros, os contratos de prestação de serviço nas modalidades de tarefa e avença, ajudas de custo, cedência de interesse público a suportar pelo serviço, bem como situações de pensão de reserva.

**ANEXO II**  
**QUADRO 2**

Ministério:

Serviço:

Descrição	Valor Previsto para 2009 (€) a)	Valor Orçamentado para 2010 (€) a)
Pessoal em funções		
Alterações obrigatórias de posicionamento remuneratório		
Alterações facultativas de posicionamento remuneratório		
Recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho		
Prémios de Desempenho		
Restantes Despesas com Pessoal		
Encargos com Saúde (01 03 01)		
Pensões de Reserva e Outras (01 03 07-08-10)		
Outras Despesas com Pessoal		
<b>TOTAL</b>		

a) Nas rubricas dos subagrupamentos das classificações económicas 0101, 0102 e 0103.

## Anexo III

### Receita Consignada

**Ministério  
Serviço**

Unid: Euros

Orçamento das receitas									
Classificação Económica					Fonte Financ.	Previsão (valor)		TOTAL	Fundamento Legal
Cap.	Gr.	Art.	Subart.	Rub.		Orç. Func.	PIDDAC		
TOTAL GERAL								0	

**NOTA:**

As previsões orçamentais para as receitas consignadas à despesa devem apresentar um total geral igual ao total geral das dotações de despesa cobertas por esse tipo de receitas.

## Anexo IV

### Lista e codificação das Áreas de Actividades para elaboração do OE/2010

Vide Circular Série A n.º1327, de 2006

#### Actividades relacionadas com o património cultural

- 101/801 Artes plásticas e visuais
- 102/802 Cinema, audiovisual e multimédia
- 103/803 Bibliotecas
- 104/804 Arquivos
- 105/805 Espectáculos culturais
- 106/806 Património histórico
- 107/807 Património arqueológico
- 108/808 Museus
- 109/809 Património arquitectónico
- 110/810 Protecção da propriedade intelectual
- 111/811 Intercâmbio cultural

#### Actividades relacionadas com o desporto

- 112/812 Actividades desportivas
- 113/813 Associativismo desportivo
- 114/814 Alta competição desportiva e desporto profissional

#### Actividades relacionadas com o Ambiente, recursos naturais e gestão do território

- 115/815 Reservas, parques naturais e zonas de paisagem protegida
- 116/816 Recursos naturais ar, água e solos
- 117/817 Ruído
- 118/818 Resíduos e substâncias perigosas
- 119/819 Mares e costas oceânicas
- 120/820 Fauna
- 121/821 Flora
- 122/822 Desenvolvimento regional
- 123/823 Ordenamento do território

#### Actividades relacionadas com a Defesa nacional

- 124/824 Operações militares
- 125/825 Armamento e equipamento militar
- 126/826 Convocação e mobilização de pessoal
- 127/827 Instrução e formação militar
- 128/828 Missões humanitárias e de paz

#### Actividades relacionadas com a Saúde

- 129/829 Cuidados de saúde primários
- 130/830 Cuidados de saúde diferenciados
- 131/831 Meios complementares de diagnóstico e terapêutica
- 132/832 Saúde pública
- 133/833 Saúde escolar
- 134/834 Dependências
- 135/835 Farmácias e medicamentos
- 136/836 Apoio psicológico especializado
- 137/837 Gestão de cuidados de saúde prestados em redes privadas



**Actividades relacionadas com a Agricultura**

- 138/838 Produção agrícola
- 139/839 Vitivinicultura
- 140/840 Olivicultura
- 141/841 Silvicultura e exploração florestal e actividade cinérgica
- 142/842 Estruturas agrícolas

**Actividades relacionadas com a Pecuária**

- 143/843 Produção animal
- 144/844 Sanidade e bem estar animal

**Actividades relacionadas com a Pesca**

- 145/845 Pesca em águas nacionais
- 146/846 Pesca em águas internacionais
- 147/847 Pesca em águas interiores
- 148/848 Aquicultura
- 149/849 Frotas de pesca

**Actividades relacionadas com a Indústria**

- 150/850 Indústria extractiva
- 151/851 Indústria agro-alimentar
- 152/852 Tecnologias de ponta e limpas
- 153/853 Indústria militar

**Actividades relacionadas com o Comércio e Serviços**

- 154/854 Comércio
- 155/855 Comunicações
- 156/856 Seguros
- 157/857 Turismo, lazer, alojamento e restauração

**Actividades relacionadas com a Energia**

- 158/858 Energia eléctrica, gás e energias renováveis
- 159/859 Produtos petrolíferos, combustíveis e outros recursos energéticos

**Outras actividades económicas**

- 160/860 Propriedade industrial
- 161/861 Mercado externo (Importações e Exportações, fronteiras – mercadorias)
- 162/862 Mercado interno
- 163/863 Mercado de capitais
- 164/864 Concorrência
- 165/865 Actividades marítimo-portuária

**Actividades relacionadas com a Integração e Protecção Social**

- 166/866 Protecção social de base
- 167/867 Protecção social complementar
- 168/868 Prevenção, integração e acção social

**Actividades relacionadas com a Sociedade da Informação e Comunicação**

- 169/869 Comunicação social
- 170/870 Conteúdos digitais
- 171/871 Competências em tecnologias da informação e comunicação
- 172/872 Acessibilidade a tecnologias da informação e comunicação
- 173/873 Governo electrónico
- 174/874 Protecção de dados pessoais informatizados

#### **Actividades relacionadas com a Diplomacia e Relações Internacionais**

- 175/875 Assuntos comunitários
- 176/876 Assuntos bilaterais
- 177/877 Assuntos multilaterais
- 178/878 Cooperação internacional
- 179/879 Assistência humanitária
- 180/880 Assuntos diplomáticos e consulares
- 181/881 Comunidades portuguesas
- 182/882 Diplomacia económica
- 183/883 Presença portuguesa no exterior

#### **Actividades relacionadas com a Gestão de emergências e crises**

- 184/884 Gestão de emergências em casos de inundações, incêndios e sismos
- 185/885 Perturbações da ordem pública
- 186/886 Emergências médicas
- 187/887 Catástrofes climáticas
- 188/888 Catástrofes ambientais
- 189/889 Emergências nos transportes e comunicações

#### **Actividades relacionadas com a Educação**

- 190/890 Educação pré escolar
- 191/891 *1.º ciclo do ensino básico*
- 192/892 *2.º e 3.º ciclos do ensino básico e ensino*
- 193/893 Ensino superior universitário
- 194/894 Ensino superior politécnico
- 195/895 Ensino militar e policial
- 196/896 Redes de ensino privado, cooperativo e solidário
- 197/897 *Funções não lectivas - ensino básico e secundário*
- 198/898 Ensino de português no estrangeiro
- 199/899 Educação especial
- 200/900 *Exames e provas aferidas do ensino básico e secundário*
- 201/901 *Inovação e desenvolvimento curricular*

#### **Actividades relacionadas com a Ciência & Tecnologia**

- 202/902 Investigação e desenvolvimento em diversas áreas das Ciências

#### **Actividades relacionadas com os Transportes**

- 203/903 Transportes aéreos
- 204/904 Transportes rodoviários
- 205/905 Transportes ferroviários
- 206/906 Transportes marítimos e fluviais
- 207/907 Transportes especiais

#### **Actividades relacionadas com o Mercado de trabalho**

- 208/908 Promoção de ou criação de postos de trabalho
- 209/909 Formação profissional
- 210/910 Saúde, higiene, segurança e direito no trabalho (relações laborais)
- 211/911 Inserção ou reinserção na vida activa

#### **Actividades relacionadas com a Protecção do Consumidor**

- 212/912 Qualidade, higiene e segurança alimentar
- 213/913 Protecção e direitos do consumidor
- 214/914 Divulgação de informação para o consumidor

#### **Actividades relacionadas com a Justiça**

- 215/915 Apoio à tomada de decisão judiciária
- 216/916 Apoio à execução da decisão judiciária penal e tutelar educativa
- 217/917 Apoio à execução de decisões judiciárias
- 218/918 Representação do Estado em litígio
- 219/919 Acesso ao direito e aos Tribunais
- 220/920 Resolução alternativa de litígios
- 221/921 Investigação criminal
- 222/922 Actos jurídicos extra-judiciais
- 223/923 Publicitação de factos, actos e situações jurídicas

#### **Actividades relacionadas com a Cidadania, Família e Comunidade**

- 224/924 Apoio à Família
- 225/925 Igualdade de oportunidades
- 226/926 Juventude

#### **Actividades relacionadas com a Segurança/ Administração Interna**

- 227/927 Protecção de pessoas e bens e controlo de práticas ilícitas
- 228/928 Prevenção criminal
- 229/929 Segurança de altas individualidades e outros
- 230/930 Fronteiras e cidadãos
- 231/931 Assuntos classificados
- 232/932 Combate ao terrorismo
- 233/933 Segurança escolar e infantil
- 234/934 Equipamento e armamento das forças de segurança

#### **Actividades relacionadas com Infraestruturas e Equipamentos**

- 235/935 Infraestruturas da rede viária
- 236/936 Edifícios
- 237/937 Infraestruturas hidro-agrícolas
- 238/938 Infraestruturas de transporte
- 239/939 Infraestruturas desportivas
- 240/940 Recintos culturais
- 241/941 Habitação
- 242/942 Infraestruturas energéticas

#### **Actividades relacionadas com as Finanças Públicas**

- 243/943 Receitas tributárias
- 244/944 Receitas patrimoniais
- 245/945 Receitas creditícias
- 246/946 Receitas coactivas
- 247/947 Outros rendimentos/ outras receitas
- 248/948 Benefícios fiscais
- 249/949 Gestão da dívida pública
- 250/950 Subsídios ao sector empresarial do Estado
- 251/951 Fraude e evasão fiscal
- 252/952 Gestão de garantias a favor do Estado

#### **Actividades relativas à Administração Pública**

- 253/953 Planeamento, orçamentação, gestão e conta
- 254/954 Controlo e acompanhamento
- 255/955 Informação, documentação, conhecimento e gestão de tecnologias da informação e da comunicação
- 256/956 Gestão de recursos humanos
- 257/957 Gestão de recursos financeiros
- 258/958 Gestão administrativa
- 259/959 Gestão legislativa

## **Actividades dos órgãos de Soberania**

**260** Gestão governativa

**261** Actividade parlamentar

**262** Representação da República Portuguesa

**263** Actividade Judicial

## **ANEXO V**

### **Tabela de Fontes de Financiamento**

#### **SERVIÇOS INTEGRADOS**

##### **1 Esforço financeiro nacional (OE)**

- 11 Receitas Gerais (RG)
  - 111 RG não afectas a projectos cofinanciados
  - 112 RG afectas a projectos cofinanciados
- 12 Auto financiamento (RP)
  - 121 Receita a converter
  - 122 Receita sem transição de saldos
  - 123 Receita com transição de saldos
- 13 Transferências no âmbito das Administrações Públicas
  - 131 Financiamento de outros subsectores

##### **2 Financiamento da UE**

- 21 Feder QCA III e PO
  - 211 Feder - QCA III
  - 212 Feder - PO Factores de Competitividade
  - 213 Feder - PO Valorização do Território
  - 214 Feder - PO Regional Norte
  - 215 Feder - PO Regional Centro
  - 216 Feder - PO Regional Lisboa
  - 217 Feder - PO Regional Alentejo
  - 218 Feder - PO Regional Algarve
  - 219 Feder - PO Assistência Técnica
- 22 Feder Cooperação
  - 221 Feder - Cooperação Transfronteiriça
  - 222 Feder - Cooperação Transnacional
  - 223 Feder - Cooperação Inter-Regional
- 23 Fundo de Coesão
  - 231 Fundo de Coesão - QCA III
  - 232 Fundo de Coesão - PO Factores de Competitividade
  - 233 Fundo de Coesão - PO Valorização do Território
- 24 Fundo Social Europeu
  - 241 Fundo Social Europeu - QCA III
  - 242 Fundo Social Europeu - PO Potencial Humano
  - 243 Fundo Social Europeu - PO Factores de Competitividade
  - 244 Fundo Social Europeu - Valorização do Território
  - 245 Fundo Social Europeu - Assistência Técnica
- 25 Feoga Orientação / FEADER
  - 251 Feoga Orientação
  - 252 FEADER
- 26 Feoga Garantia / FEAGA
  - 261 Feoga Garantia
  - 262 FEAGA
- 27 Fundo Europeu das Pescas
- 28 Outros

## **ANEXO V**

### **Tabela de Fontes de Financiamento**

#### **SERVIÇOS E FUNDOS AUTÓNOMOS**

##### **3 Esforço financeiro nacional (OE)**

- 31 Estado Receitas gerais (RG)
  - 311 Estado RG não afectas a projectos cofinanciados
  - 312 Estado RG afectas a projectos cofinanciados
- 32 Estado Crédito externo (consignado)

##### **4 Financiamento da UE**

- 41 Feder QCA III e PO
  - 411 Feder - QCA III
  - 412 Feder - PO Factores de Competitividade
  - 413 Feder - PO Valorização do Território
  - 414 Feder - PO Regional Norte
  - 415 Feder - PO Regional Centro
  - 416 Feder - PO Regional Lisboa
  - 417 Feder - PO Regional Alentejo
  - 418 Feder - PO Regional Algarve
  - 419 Feder - PO Assistência Técnica
- 42 Feder Cooperação
  - 421 Feder - Cooperação Transfronteiriça
  - 422 Feder - Cooperação Transnacional
  - 423 Feder - Cooperação Inter-Regional
- 43 Fundo de Coesão
  - 431 Fundo de Coesão - QCA III
  - 432 Fundo de Coesão - PO Factores de Competitividade
  - 433 Fundo de Coesão - PO Valorização do Território
- 44 Fundo Social Europeu
  - 441 Fundo Social Europeu - QCA III
  - 442 Fundo Social Europeu - PO Potencial Humano
  - 443 Fundo Social Europeu - PO Factores de Competitividade
  - 444 Fundo Social Europeu - Valorização do Território
  - 445 Fundo Social Europeu - Assistência Técnica
- 45 Feoga Orientação / FEADER
  - 451 Feoga Orientação
  - 452 FEADER
- 46 Feoga Garantia / FEAGA
  - 461 Feoga Garantia
  - 462 FEAGA
- 47 Fundo Europeu das Pescas
- 48 Outros

##### **5 Auto financiamento**

- 51 Auto financiamento (RP)

##### **6 Transferências no âmbito das Administrações Públicas**

- 61 Financiamento no subsector (outros organismos autónomos)
- 62 Financiamento de outros subsectores

##### **7 Dívida**

- 71 Crédito interno
- 72 Crédito externo

## Anexo VI

### Alíneas e sub-alíneas da Classificação económica das Despesas Públicas de tipificação vinculativa

(Nos termos das notas explicativas ao classificador das receitas e das despesas públicas em anexo ao Decreto-Lei n.º 26/2002, de 14 de Fevereiro e de diversas instruções emitidas)

AG	Sag	RU	AL	Sal	DESIGNAÇÃO
01					<b>Despesas com o pessoal</b>
	01				<b>Remunerações certas e permanentes</b>
		...			
	02				<b>Abonos variáveis ou eventuais</b>
		...			
		13			Outros suplementos e prémios
			PD	00	Prémios de desempenho (especificação determinada pela Circular Série A n.º 1338, de 1 de Abril de 2008):
		...			
	03				<b>Segurança social</b>
		...			
		05			Contribuições p. a segurança social (especificação determinada pela Circular Série A n.º 1335, de 30 de Julho de 2007):
			A0	00	Contribuições para a segurança social
			A0	A0	Caixa Geral de Aposentações
			A0	B0	Segurança Social
			A0	C0	Outras
		10			Outras despesas de segurança social
			P0		Parentalidade (eventualidades de maternidade, paternidade e adopção)
			SD		Subsidio social de desemprego
			DO		Doença
			AC		Acidentes de trabalho e doenças profissionais
			G0		Contribuições para a segurança social na ocorrência das eventualidades referidas nas alíneas P0, SD, DO, AC
			O0		Outras despesas
		...			
02					<b>Aquisição de bens e serviços</b>
	02				<b>Aquisição de serviços</b>
		...			
		05			Locação de material de informática
			A0	00	Hardware informático
			B0	00	Software informático
			C0	00	Outros
		09			Comunicações (especificação determinada pela Circular Série A n.º 1322, de 18 de Agosto de 2005):
			A0	00	Acessos à Internet
			B0	00	Comunicações Fixas de Dados
			C0	00	Comunicações Fixas de Voz
			D0	00	Comunicações móveis
			E0	00	Outros Serviços Conexos de Comunicações
			F0	00	Outros Serviços de Comunicações
AG	Sag	RU	AL	Sal	DESIGNAÇÃO
		14			Estudos, pareceres, projectos e consultadoria
			A0	00	Serviços de natureza Informática
			B0	00	Outros
		15			Formação
			A0	00	Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC)
			B0	00	Outras
		19			Assistência Técnica
			A0	00	Equipamento informático (Hardware)
			B0	00	Software Informático
			C0	00	Outros
		20			Outros trabalhos especializados
			A0	00	Serviços de Natureza Informática
			B0	00	Outros
		...			
04					<b>Transferências correntes</b>
	01				<b>Sociedades e quase soc não financeiras</b>
		01			Públicas
			...	...	<i>Desagregar por Alinea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
		...			
	03				<b>Administração central</b>
		01 a 09			
			...	...	<i>Desagregar por Alinea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
	04				<b>Administração regional</b>
		01			Região Autónoma dos Açores
			...	...	<i>Desagregar por Alinea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
		02			Região Autónoma da Madeira
			...	...	<i>Desagregar por Alinea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>

As rubricas relativas a **transferências** para "Sociedades e quase sociedades não financeiras", "Administração Central" (Estado ou SFA) e "Administração Regional", devem desagregar-se por alínea/subalínea para individualização da entidade beneficiária (cfr. nota explicativa do classificador económico das despesas públicas).

04	05				<b>Administração local</b>
		01			Continente
			...		<i>Desagregar por Alinea para identificação da entidade beneficiária</i>
		02			Região Autónoma dos Açores
			...		<i>Desagregar por Alinea para identificação da entidade beneficiária</i>
		03			Região Autónoma da Madeira
			...		<i>Desagregar por Alinea para identificação da entidade beneficiária</i>

As rubricas da «Administração local» deverão ser desagregadas por alíneas de acordo com as entidades que beneficiem das transferências (cfr. nota explicativa do classificador económico das despesas públicas):

A0.00 - Assembleias distritais;  
B0.00 - Municípios;  
C0.00 - Freguesias;  
D0.00 - Regiões de turismo;  
E0.00 - Serviços autónomos da administração local.

As transferências para a «Administração local» no âmbito da descentralização de competências devem ser individualizadas em sublinha de acordo com as entidades beneficiárias:

Subal.KK - Descentralização de competências

AG	SAg	RU	AL	Sal	DESIGNAÇÃO
05					<b>Subsídios</b>
	01				<b>Sociedades e quase soc não financeiras</b>
		01 a 04			Diversas Rubricas
			...		<i>Desagregar por Alínea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
	02				<b>Sociedades financeiras</b>
		01 a 04			Diversas Rubricas
			...		<i>Desagregar por Alínea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
	03				<b>Administração central</b>
		01 a 04			Diversas Rubricas
			...		<i>Desagregar por Alínea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
	04				<b>Administração regional</b>
		01 a 04			Diversas Rubricas
			...		<i>Desagregar por Alínea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
	05				<b>Administração local</b>
		01 a 06			Diversas Rubricas
			...		<i>Desagregar por Alínea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
	06	00			<b>Segurança social</b>
			...		<i>Desagregar por Alínea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
	07				<b>Instituições s/ fins lucrativos</b>
		01 a 03			Diversas Rubricas
			...		<i>Desagregar por Alínea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
		...	...		...

Sempre que exequível, proceder-se-á ao desdobramento das rubricas em alíneas, que identificarão as entidades beneficiárias dos subsídios e os correspondentes valores (excepto quando se destinem a famílias) - cfr. nota explicativa do classificador económico das despesas públicas.

AG	SAg	RU	AL	Sal	DESIGNAÇÃO
06					<b>Outras despesas correntes</b>
	02				<b>Diversas</b>
		...			...
		03			Outras
			R0	00	Reserva (nos termos da presente Circular - OE-2009)
07					<b>Aquisição de bens de capital</b>
	01				<b>Investimentos</b>
		01			Terrenos
			...		<i>Desagregar por sectores institucionais</i>
			A0		Aquisição
			B0		Expropriações
		...			...
		02			Habitações
			...		<i>Desagregar por sectores institucionais</i>
			A0		Aquisição (especificação determinada pela Circular Série A n.º 1335, de 30 de Julho de 2007)
			B0		Conservação ou reparação (especificação determinada pela Circular Série A n.º 1335, de 30 de Julho de 2007)
		03			Edifícios
			...		<i>Desagregar por sectores institucionais</i>
			A0		Aquisição
			B0		Conservação ou reparação
			C0		Construção
		...			...
		07			Equipamento de informática
			...		<i>Desagregar por sectores institucionais</i>
			A0		Hardware de Comunicações (especificação determinada pela Circular Série A n.º 1322, de 18 de Agosto de 2005)
			B0		Outros (especificação determinada pela Circular Série A n.º 1322, de 18 de Agosto de 2005)
		08			Software informático
			...		<i>Desagregar por sectores institucionais</i>
			A0		Software de Comunicações
			B0		Outros
		09			Equipamento administrativo
			...		<i>Desagregar por sectores institucionais</i>
			A0		Hardware de Comunicações
			B0		Outros
		10			Equipamento básico
			...		<i>Desagregar por sectores institucionais</i>
			A0		Hardware de Comunicações
			B0		Outros
		...			...



As rubricas do subagrupamento "01- Investimentos" deverão ser desagregadas por sectores institucionais mediante a utilização de alíneas (cfr notas explicativas do classificador económico das despesas públicas):

A0	00	Administração central — Estado
B0	00	Administração central — Serviços e fundos autónomos
C0	00	Administração regional
D0	00	Administração local — Continente
E0	00	Administração local — Regiões Autónomas
F0	00	Segurança social
G0	00	Instituições sem fins lucrativos

AG	SAg	RU	AL	Sal	DESIGNAÇÃO
07					<b>Aquisição de bens de capital</b>
	02				Locação financeira
		06			Material de informática - Locação financeira
			A0	00	Equipamento informático (Hardware)
			B0	00	Software informático
			C0	00	Outros

AG	SAg	RU	AL	Sal	DESIGNAÇÃO
08					<b>Transferências de capital</b>
	01				<b>Sociedades e quase soc não financeiras</b>
		01			Públicas
			...	...	<i>Desagregar por Alinea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
		02			Privadas
	02				<b>Sociedades financeiras</b>
		01			Bancos e outras instituições financeiras
		02			Companhias de seguros e Fundos de pensões
	03				<b>Administração central</b>
		01 a 08			...
			...	...	<i>Desagregar por Alinea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
	04				<b>Administração regional</b>
		01			Região Autónoma dos Açores
			...	...	<i>Desagregar por Alinea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>
		02			Região Autónoma da Madeira
			...	...	<i>Desagregar por Alinea/ Subalínea para identificação da entidade beneficiária</i>

As rubricas relativas a **transferências** para "Sociedades e quase sociedades não financeiras", "Administração Central" (Estado ou SFA) e "Administração Regional", devem desagregar-se por alínea/subalínea para individualização da entidade beneficiária (cfr. nota explicativa do classificador económico das despesas públicas).

AG	SAg	RU	AL	Sal	DESIGNAÇÃO
08	05				<b>Administração local</b>
		01			Continente
			...		<i>Desagregar por Alinea para identificação da entidade beneficiária</i>
		02			Região Autónoma dos Açores
			...		<i>Desagregar por Alinea para identificação da entidade beneficiária</i>
		03			Região Autónoma da Madeira
			...		<i>Desagregar por Alinea para identificação da entidade beneficiária</i>

As rubricas da «Administração local» deverão ser desagregadas por alíneas de acordo com as entidades que beneficiem das **transferências** (cfr. nota explicativa do classificador económico das despesas públicas):

A0.00 - Assembleias distritais;  
B0.00 - Municípios;  
C0.00 - Freguesias;  
D0.00 - Regiões de turismo;  
E0.00 - Serviços autónomos da administração local.

As transferências para a «Administração local» no âmbito da descentralização de competências devem ser individualizadas em subalínea de acordo com as entidades beneficiárias:

Subal.KK - Descentralização de competências

#### ENCARGOS ASSUMIDOS E NÃO PAGOS EM ANOS ANTERIORES

Os pagamentos relativos a encargos assumidos e não pagos em anos anteriores deverão ser objecto de distinção em relação aos pagamentos de encargos do próprio ano, mediante a utilização de uma subalínea da classificação económica da despesa cuja segunda posição do campo será 9 (cfr. Circular Série A n.º 1306, de 5 de janeiro de 2004)

Os serviços e fundos autónomos devem efectuar o registo destas despesas na respectiva coluna existente no sistema SIGO para o efeito.:

AG	SAg	RU	AL	Sal	DESIGNAÇÃO
...	...	...	...	...9	<b>Encargos de anos anteriores</b>

#### NOTAS GERAIS RELATIVAS À DESAGREGAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO ECONÓMICA

- No caso dos SFA, no que respeita às **previsões de receita** relativas a transferências, correntes ou de capital, deverá igualmente proceder-se à identificação da entidade originária por recurso a alíneas/subalíneas;

- As dotações de despesa devem ser todas inscritas ao nível mais baixo da classificação económica, atendendo à desagregação em rubricas definida pelo classificador económico e em alíneas/subalíneas de acordo com a tipificação definida (na tabela anterior) ou que venha a ser estabelecida pelo serviço/organismo (\*);

- No caso de as dotações de despesa se desagregarem em alíneas ou subalíneas, as respectivas verbas devem ainda ser inscritas respeitando a hierarquia definida. Assim (\*):

- A desagregação de uma rubrica implica a definição de pelo menos duas alíneas - uma para a situação específica que se deseja identificar e outra para as restantes situações;
- A desagregação de uma alínea implica a definição de pelo menos duas sub-alíneas.

(\*) De acordo com a Circular Serie A n.º 1295, de 25 de Julho de 2002.

## Anexo VII

### Lista codificada dos Serviços e Fundos Autónomos

Sart./ Alínea	Rubrica/ Subalínea	Designação
52	00	PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
52	01	ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
52	02	SERVIÇO DO PROVEDOR DE JUSTIÇA
52	05	INSTITUTO DO DESPORTO DE PORTUGAL
52	08	COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE
52	09	COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES
52	10	COFRE PRIVATIVO DO TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA
52	13	FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO ADUANEIRO
52	14	FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO TRIBUTÁRIO
52	15	INSTITUTO DE GESTÃO DA TESOURARIA E DO CRÉDITO PÚBLICO
52	16	INSTITUTO FINANCEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL
52	18	FUNDO DE ACIDENTES DE TRABALHO
52	21	INSTITUTO DE SEGUROS DE PORTUGAL
52	22	CAIXA GERAL DE APOSENTAÇÕES
52	23	FUNDO DE REGULARIZAÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA
52	24	COMISSÃO DO MERCADO DE VALORES MOBILIÁRIOS
52	27	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA
52	29	INSTITUTO HIDROGRÁFICO
52	33	LABORATÓRIO MILITAR DE PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS
52	34	MANUTENÇÃO MILITAR
52	35	OFICINAS GERAIS DE FARDAMENTO E EQUIPAMENTO
52	36	OFICINAS GERAIS DE MATERIAL DE ENGENHARIA
52	39	INSTITUTO DE ACÇÃO SOCIAL DAS FORÇAS ARMADAS
52	42	FUNDO PARA AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS
52	45	COFRE DE PREVIDÊNCIA DA P.S.P.
52	47	SERVIÇO DE INFORMAÇÕES DE SEGURANÇA
52	48	SERVIÇOS SOCIAIS DA G.N.R.
52	49	SERVIÇOS SOCIAIS DA P.S.P.
52	59	INSTITUTO DE GESTÃO FINANCEIRA E DE INFRA-ESTRUTURAS DA JUSTIÇA, IP
52	62	INSTITUTO NACIONAL DE MEDICINA LEGAL
52	66	INSTITUTO DE APOIO ÀS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS E À INOVAÇÃO IP
52	67	INSTITUTO PORTUGUÊS DA QUALIDADE
52	70	AUTORIDADE NACIONAL DAS COMUNICAÇÕES - ICP
52	71	ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS ENERGÉTICOS
52	77	INSTITUTO DE TURISMO DE PORTUGAL IP
52	78	ESCOLA SUPERIOR DE HOTELARIA E TURISMO DO ESTORIL
52	86	INSTITUTO DA VINHA E DO VINHO
52	92	GABINETE DE GESTÃO FINANCEIRA
52	94	EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
52	98	FUNDAÇÃO PARA A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, I.P.
53	01	ESTÁDIO UNIVERSITÁRIO DE LISBOA
53	04	UNIVERSIDADE ABERTA
53	05	UNIVERSIDADE DOS AÇORES
53	06	UNIVERSIDADE DO ALGARVE
53	08	UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
53	09	UNIVERSIDADE DE COIMBRA
53	10	UC - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
53	11	UC - FACULDADE DE MEDICINA
53	12	UNIVERSIDADE DE ÉVORA
53	13	UL - REITORIA
53	14	UL - FACULDADE DE LETRAS
53	15	UL - FACULDADE DE DIREITO
53	16	UL - FACULDADE DE MEDICINA
53	17	UL - FACULDADE DE CIÊNCIAS
53	18	UL - FACULDADE DE FARMÁCIA
53	19	UL - FACULDADE DE PSICOLOGIA E CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
53	20	UL - FACULDADE DE MEDICINA DENTÁRIA
53	21	UL - FACULDADE DE BELAS-ARTES
53	22	UL - INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
53	24	UL - INSTITUTO DE ORIENTAÇÃO PROFISSIONAL
53	25	UNIVERSIDADE DA MADEIRA
53	26	UNIVERSIDADE DO MINHO
53	27	UNL - REITORIA
53	28	UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS E TECNOLOGIA
53	29	UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS E HUMANAS
53	30	UNL - FACULDADE DE DIREITO
53	31	UNL - FACULDADE DE ECONOMIA
53	32	UNL - FACULDADE DE CIÊNCIAS MÉDICAS
53	33	UNL - ESCOLA NACIONAL DE SAÚDE PÚBLICA

Sart./ Alínea	Rubrica/ Subalínea	Designação
53	34	UNL - INSTITUTO HIGIENE E MEDICINA TROPICAL
53	35	UNL - INSTITUTO DE TECNOLOGIA QUIMICA E BIOLOGICA
53	52	UTL - REITORIA
53	53	UTL - INSTITUTO SUPERIOR TÉCNICO
53	54	UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO
53	55	UTL - INSTITUTO SUPERIOR DE AGRONOMIA
53	56	UTL - FACULDADE DE MEDICINA VETERINARIA
53	57	UTL - INSTITUTO SUPERIOR CIÊNCIAS SOCIAIS POLITICAS
53	58	UTL - FACULDADE DE ARQUITECTURA
53	59	UTL - FACULDADE DE MOTRICIDADE HUMANA
53	60	UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
53	63	UNL - INSTITUTO SUPERIOR ESTATISTICA E GESTÃO DA INFORMAÇÃO
53	67	INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
53	72	INSTITUTO POLITÉCNICO BRAGANCA
53	74	INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO
53	79	INSTITUTO POLITÉCNICO DO CAVADO E DO AVE
53	80	INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
53	85	INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA
53	89	INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
53	93	INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
54	00	INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DE LISBOA
54	01	INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
54	06	INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO
54	10	INSTITUTO SUPERIOR DE ENGENHARIA DO PORTO
54	11	INSTITUTO POLITECNICO DE SANTARÉM
54	16	INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETUBAL
54	20	INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
54	21	INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO
54	26	INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU
54	33	SAS - UNIVERSIDADE DOS AÇORES
54	34	SAS - UNIVERSIDADE DO ALGARVE
54	36	SAS - UNIVERSIDADE BEIRA INTERIOR
54	37	SAS - UNIVERSIDADE DE COIMBRA
54	38	SAS - UNIVERSIDADE DE ÉVORA
54	39	SAS - UNIVERSIDADE DE LISBOA
54	40	SAS - UNIVERSIDADE DA MADEIRA
54	41	SAS - UNIVERSIDADE DO MINHO
54	42	SAS - UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA
54	44	SAS - UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
54	45	SAS - UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO
54	48	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BEJA
54	49	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE BRAGANCA
54	50	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE CASTELO BRANCO
54	51	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA
54	52	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DA GUARDA
54	53	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LEIRIA
54	54	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE LISBOA
54	55	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE PORTALEGRE
54	56	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DO PORTO
54	57	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SANTAREM
54	58	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE SETÚBAL
54	59	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE TOMAR
54	60	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VIANA DO CASTELO
54	61	SAS - INSTITUTO POLITÉCNICO DE VISEU
54	84	FUNDO DE FOMENTO CULTURAL
54	85	CINEMATECA PORTUGUESA - MUSEU DO CINEMA, I.P.
54	86	INST DE GEST DO PATRIMONIO ARQUITECTÓNICO E ARQ, I.P.
54	87	INSTITUTO DO CINEMA E DO AUDIOVISUAL , I.P.
54	88	INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO,I.P.
54	91	INEM-INSTITUTO NACIONAL DE EMERGENCIA MEDICA, IP
54	93	INFARMED - AUTORIDADE NACIONAL DO MEDICAMENTO E PRODUTOS DE SAUDE, IP
54	94	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO SISTEMA DE SAUDE, IP
54	98	INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE DR. RICARDO JORGE
54	99	CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO NORTE
55	00	CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO CENTRO
55	01	CENTRO DE HISTOCOMPATIBILIDADE DO SUL
55	02	INSTITUTO PORTUGUÊS DE SANGUE
55	04	INSTITUTO OFTALMOLÓGICO DR. GAMA PINTO
55	08	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALENTEJO,IP
55	09	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO ALGARVE,IP
55	10	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO CENTRO,IP
55	11	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DE LISBOA E VALE DO TEJO,IP
55	12	ADMINISTRAÇÃO REGIONAL DE SAÚDE DO NORTE,IP
55	24	HOSPITAL DE JOAQUIM URBANO
55	27	CENTRO HOSPITALAR DE CASCAIS
55	31	HOSPITAL CURRY CABRAL
55	34	HOSPITAL DE S. MARCOS - BRAGA
55	35	CENTRO MÉDICO DE REABILITAÇÃO DA REGIÃO CENTRO - ROVISCO PAIS
55	38	MATERNIDADE DR. ALFREDO DA COSTA

Sart./ Alínea	Rubrica/ Subalínea	Designação
55	54	HOSPITAL AMATO LUSITANO - CASTELO BRANCO
55	69	CENTRO HOSPITALAR DE TORRES VEDRAS
55	72	HOSPITAL REYNALDO DOS SANTOS - VILA FRANCA DE XIRA
55	76	HOSPITAL DISTRITAL DE ÁGUEDA
55	86	HOSPITAL JOSÉ LUCIANO DE CASTRO - ANADIA
55	87	HOSPITAL ARCEBISPO JOÃO CRISÓSTOMO - CANTANHEDE
55	89	HOSPITAL VISCONDE DE SALREU - ESTARREJA
55	93	HOSPITAL DO MONTIJO
55	94	HOSPITAL DR. FRANCISCO ZAGALO - OVAR
55	95	HOSPITAL DE POMBAL
56	02	HOSPITAL CÂNDIDO DE FIGUEIREDO - TONDELA
56	03	HOSPITAL N.S. DA CONCEIÇÃO - VALONGO
56	19	INSTITUTO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
56	20	INSTITUTO DE GESTÃO DO FUNDO SOCIAL EUROPEU
56	57	INSTITUTO DA CONSTRUÇÃO E DO IMOBILIÁRIO
56	64	INSTITUTO NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
56	70	INSTITUTO DA HABITAÇÃO E DA REABILITAÇÃO URBANA
56	78	INSTITUTO PORTUARIO E DOS TRANSPORTES MARITIMOS
56	81	ENTIDADE REGULADORA DOS SERVIÇOS DAS ÁGUAS E DOS RESÍDUOS
56	82	INSTITUTO DA CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E DA BIODIVERSIDADE
56	85	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE
56	86	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO CENTRO
56	87	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE LISBOA E VALE DO TEJO
56	88	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALENTEJO
56	89	COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO ALGARVE
56	90	AUTORIDADE DA CONCORRÊNCIA
56	93	INSTITUTO DOS VINHOS DO DOURO E DO PORTO
56	97	ESCOLA PORTUGUESA DE MOÇAMBIQUE
57	05	INSTITUTO PORTUGUÊS DE ACREDITAÇÃO
57	06	ENTIDADE REGULADORA DA SAÚDE - ORÇ.PRIV
57	08	HOSPITAL DO LITORAL ALENTEJANO
57	19	UMIC - AGÊNCIA PARA A SOCIEDADE DO CONHECIMENTO, I.P.
57	20	INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E TROPICAL, I.P.
57	21	INSTITUTO DE METEOROLOGIA, I.P.
57	22	INSTITUTO TECNOLÓGICO E NUCLEAR, I.P.
57	23	LABORATÓRIO NACIONAL DE ENGENHARIA CIVIL
57	24	LABORATORIO NACIONAL DE ENERGIA E GEOLOGIA IP
57	31	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE COIMBRA
57	32	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DO PORTO
57	33	ENTIDADE REGULADORA PARA A COMUNICAÇÃO SOCIAL
57	35	INSTITUTO NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
57	36	INSTITUTO DE FINANCIAMENTO DA AGRICULTURA E PESCAS I P
57	37	AGÊNCIA NACIONAL PARA A QUALIFICAÇÃO, I.P.
57	38	AUTORIDADE NACIONAL DE PROTECÇÃO CIVIL
57	39	SERVIÇOS SOCIAIS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA
57	40	ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO NORTE
57	41	ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO CENTRO
57	42	ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO TEJO
57	43	ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALENTEJO
57	44	ADMINISTRAÇÃO DA REGIAO HIDROGRAFICA DO ALGARVE
57	45	INSTITUTO NACIONAL DE PROPRIEDADE INDUSTRIAL
57	46	AGENCIA PARA A MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA, I.P.
57	47	ESCOLA SUPERIOR NÁUTICA INFANTE D.HENRIQUE
57	48	ESCOLA SUPERIOR DE ENFERMAGEM DE LISBOA
57	49	INSTITUTO DA MOBILIDADE E DOS TRANSPORTES TERRESTRES
57	50	CONSELHO SUPERIOR DE MAGISTRATURA
57	51	INSTITUTO NACIONAL DE RECURSOS BIOLÓGICOS, I.P.
57	52	CENTRO HOSPITALAR PSQUIATRICO DE LISBOA
57	53	GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL DO SIRP E ESTRUTURAS COMUNS AO SIED E AO SIS
57	54	CENTRO HOSPITALAR PSIQUIATRICO DE COIMBRA
57	56	FUNDO DE GARANTIA AUTOMÓVEL
57	57	FUNDO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL
57	58	FUNDO PORTUGUES DE CARBONO
57	59	CENTRO HOSPITALAR DO OESTE NORTE
88	88	VERBAS SUJEITAS A CANDIDATURA

## Anexo VIII

### Lista codificada dos Serviços Integrados

Sart/ AL	Rub/ Sal.	Designação
10	01	GABINETE DO MINISTRO DAS FINANÇAS
10	02	GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO ADJUNTO E DO ORÇAMENTO
10	03	GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DOS ASSUNTOS FISCAIS
10	05	GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DO TESOURO E FINANÇAS
10	06	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DAS FINANÇAS E ADM. PÚBLICA
10	07	DIRECÇÃO-GERAL DO ORÇAMENTO
10	10	INSPECÇÃO-GERAL DE FINANÇAS
10	11	DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO E DO EMPREGO PÚBLICO
10	12	DIR.GERAL PROT.SOCIAL FUNCIONARIOS E AGENTES ADMIN. PÚBLICA (ADSE)
10	13	TRIBUNAL DE CONTAS - SEDE
10	15	DIRECÇÃO-GERAL DO TESOURO E FINANÇAS
10	18	CAP.60 - DESPESAS EXCEPCIONAIS - DGT
10	21	DIRECÇÃO-GERAL DOS IMPOSTOS
10	22	DIR.GERAL DAS ALFANDEGAS E DOS IMP. ESPEC. SOBRE O CONSUMO
10	23	INSTITUTO DE INFORMÁTICA
10	29	CONTRIBUIÇÃO FINANCEIRA
10	30	MFAP-ENCARGOS DA DÍVIDA
12	00	GABINETE DO MINISTRO DA JUSTIÇA
12	01	DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO DA JUSTIÇA
12	02	INSTITUTO DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO NA JUSTIÇA, I.P.
12	03	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
12	06	SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA
12	07	SUPREMO TRIBUNAL ADMINISTRATIVO
12	19	PROCURADORIA GERAL DA REPÚBLICA
12	21	INSTITUTO DOS REGISTOS E DO NOTARIADO, I.P.
12	23	POLÍCIA JUDICIÁRIA
12	39	DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS PRISIONAIS
12	77	DIRECÇÃO-GERAL DE REINserÇÃO SOCIAL
12	81	CENTRO DE ESTUDOS JUDICIÁRIOS
14	01	INSTITUTO DA ÁGUA
16	05	INSPECÇÃO GERAL DA AGRICULTURA E PISCAS
19	02	INSPECÇÃO GERAL DE EDUCAÇÃO
19	06	INSPECÇÃO-GERAL DAS ACTIVIDADES EM SAÚDE
19	08	GABINETE DO MINISTRO DO AMBIENTE E ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
19	09	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
19	10	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO AMBIENTE
19	11	SECRETARIA GERAL MAOT
19	19	DIRECÇÃO-GERAL DO CONSUMIDOR
19	20	TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DOS AÇORES
19	21	TRIBUNAL DE CONTAS - SECÇÃO REGIONAL DA MADEIRA
19	24	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS TRANSPORTES
19	34	COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA DOS TRANSPORTES TERRESTRES
19	38	COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA DO TRANSPORTE AÉREO
19	47	INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
19	50	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
19	53	GOVERNO CÍVIL DO DISTRITO DE AVEIRO
19	54	GOVERNO CÍVIL DO DISTRITO DE BEJA
19	55	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE BRAGA
19	56	GOVERNO CÍVIL DO DISTRITO DE BRAGANÇA
19	57	GOVERNO CÍVIL DO DISTRITO DE CASTELO BRANCO
19	58	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE COIMBRA
19	59	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE ÉVORA
19	60	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE FARO
19	61	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DA GUARDA
19	62	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE LEIRIA
19	63	GOVERNO CÍVIL DO DISTRITO DE LISBOA
19	64	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE PORTALEGRE

19	65	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DO PORTO
19	66	GOVERNO CÍVIL DO DISTRITO DE SANTARÉM
19	67	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE SETÚBAL
19	68	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE VIANA DO CASTELO
19	69	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE VILA REAL
19	70	GOVERNO CIVIL DO DISTRITO DE VISEU
19	73	SERVIÇO DE ESTRANGEIROS E FRONTEIRAS
19	74	POLÍCIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
19	75	GUARDA NACIONAL REPUBLICANA
19	77	GABINETE DO MINISTRO DE ESTADO E DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
19	78	SECRETARIA GERAL DO MTSS
19	79	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DOS ASSUNTOS EUROPEUS
19	80	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DAS COMUNIDADES PORTUGUESAS
19	81	COMISSÃO NACIONAL DA UNESCO
19	86	INSTITUTO CAMÕES, I.P.
19	87	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
19	96	CONTRIBUIÇÕES E QUOTIZAÇÕES PARA ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS - DOT. ESPECIFICA
19	97	CIMIERAS E REUNIOES MINISTERIAIS
21	63	GABINETE DO MINISTRO DA CIÊNCIA TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
21	64	ACADEMIA DAS CIÊNCIAS DE LISBOA
21	68	CENTRO CIENTÍFICO E CULTURAL DE MACAU, I.P.
21	72	GABINETE DO MINISTRO (MOPTC)
21	73	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO, DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES
21	75	SECRETARIA GERAL DAS OBRAS PÚBLICAS TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
21	78	DIRECÇÃO GERAL DAS AUTARQUIAS LOCAIS
21	80	DIRECÇÃO GERAL DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DESENVOLVIMENTO URBANO
21	90	INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA, I.P.
21	91	CENTRO DE ESTUDOS E FORMAÇÃO AUTÁRQUICA
21	92	VISITAS DE ESTADO E EQUIPARADAS
21	93	ACÇÕES DIPLOMÁTICAS EXTRAORDINÁRIAS
21	94	DIRECÇÃO GERAL DE SAÚDE
22	00	GABINETE DO MINISTRO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO
22	01	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJ DA INDÚSTRIA E DA INOVAÇÃO
22	03	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO COMERCIO SERV DEF CONSUMIDOR
22	04	SECRETARIA-GERAL DO MINISTÉRIO DA ECONOMIA E DA INOVAÇÃO
22	08	DIRECÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO NORTE
22	09	DIRECÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO CENTRO
22	10	DIRECÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DE LISBOA E VALE DO TEJO
22	15	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E DA COOPERAÇÃO
22	20	GABINETE GESTÃO DE INICIATIVA COMUNITÁRIA
22	33	DIRECÇÃO GERAL DA SEGURANÇA SOCIAL
22	36	INSTITUTO NACIONAL PARA REABILITAÇÃO ,IP
22	43	COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA DO TRANSPORTE MARÍTIMO
22	47	DIRECÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO ALENTEJO
22	48	DIRECÇÃO-REGIONAL DE ECONOMIA DO ALGARVE
22	63	COMISSÃO DE APLICAÇÃO DE COIMAS EM MATÉRIA ECONÓMICA E PUBLICIDADE
22	79	GABINETE DO MINISTRO
22	80	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CULTURA
22	81	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA
22	83	INSPECÇÃO-GERAL DAS ACTIVIDADES CULTURAIS
22	86	DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO NORTE
22	87	DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO CENTRO
22	88	DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALENTEJO
22	89	DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DO ALGARVE
22	90	INSTITUTO DE GESTÃO PATRIMÓNIO ARQUIT.E ARQUEOLÓGICO, I.P. SERVI. DEPENDENTES
22	97	BIBLIOTECA NACIONAL DE PORTUGAL
22	98	DIRECÇÃO-GERAL DO LIVRO E DAS BIBLIOTECAS
23	05	ACADEMIA PORTUGUESA DE HISTÓRIA
23	06	ACADEMIA NACIONAL DE BELAS ARTES
23	07	ACADEMIA INTERNACIONAL DA CULTURA PORTUGUESA
23	11	CENTRO PORTUGUÊS DE FOTOGRAFIA
23	15	TRIBUNAL CONSTITUCIONAL
23	16	GABINETE DO PRIMEIRO-MINISTRO
23	17	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
23	18	GABINETE DO MINISTRO DOS ASSUNTOS PARLAMENTARES
23	20	SECRETARIA GERAL DA PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS
23	27	GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO PUBLICA
23	28	INSTITUTO PORTUGUÊS DA JUVENTUDE, I.P.
23	34	CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL

23	35	GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA - REGIÃO AUTÓNOMA DA MADEIRA
23	36	GABINETE DO REPRESENTANTE DA REPÚBLICA - REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES
23	41	COMISSÃO PARA A CIDADANIA E A IGUALDADE DO GÉNERO
23	42	GABINETE DE MEMBROS DO GOVERNO DO MDN
23	43	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA
23	44	DIRECÇÃO DE POLÍTICA DE DEFESA NACIONAL
23	45	DIRECÇÃO GERAL DE PESSOAL E RECRUTAMENTO MILITAR
23	46	DIRECÇÃO GERAL DE INFRA-ESTRUTURAS
23	47	DIRECÇÃO GERAL ARMAMENTO E EQUIPAMENTO DE DEFESA
23	49	INSPECÇÃO GERAL DE DEFESA NACIONAL
23	50	INSTITUTO DE DEFESA NACIONAL
23	51	POLÍCIA JUDICIÁRIA MILITAR
23	52	CONSELHO NACIONAL DE PLANEAMENTO CIVIL DE EMERGÊNCIA
23	84	GABINETE DO MINISTRO (MADRP)
23	86	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DAS FLORESTAS
23	88	COMISSÃO DE PLANEAMENTO DE EMERGÊNCIA DA AGRICULTURA
23	92	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DA AGRICULTURA E DAS PESCAS
23	93	SECRETARIA GERAL DO MADRP
24	02	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DE LISBOA E VALE DO TEJO
24	03	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALENTEJO
24	04	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO ALGARVE
24	10	DIRECÇÃO GERAL DE VETERINÁRIA
24	11	DIRECÇÃO GERAL DAS PESCAS E AQUICULTURA
24	16	INSTITUTO ANTÓNIO SÉRGIO DO SECTOR COOPERATIVO
24	17	GABINETE PARA OS MEIOS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
24	25	GABINETE DO MINISTRO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
24	26	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
24	27	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA PROTECÇÃO CIVIL
24	30	GABINETE DO MINISTRO DA SAÚDE
24	31	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA SAÚDE
24	34	DIR.GERAL DE INFORMAT. E APOIO AOS SERVIÇOS TRIBUT. E ADUANEIROS
24	35	CENTRO JURÍDICO
24	36	CENTRO DE GESTÃO DA REDE INFORMÁTICA DO GOVERNO
24	37	ALTO COMISSÁRIO PARA A IMIGRAÇÃO E DIALOGO INTERCULTURAL, I.P.
24	38	GABINETE NACIONAL DE SEGURANÇA
24	43	CONSELHO NACIONAL DO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
24	47	SECRETARIA-GERAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
24	50	CONSELHO NACIONAL DA ÁGUA
24	53	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO TURISMO
24	79	TRANSFERÊNCIAS PARA A ADMINISTRAÇÃO LOCAL
25	05	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA SAÚDE
25	09	GABINETE DO MINISTRO DA PRESIDÊNCIA
25	20	GABINETE PREVENÇÃO E INVESTIGAÇÃO DE ACIDENTES COM AERONAVES
25	28	INSPECÇÃO GERAL DO MTSS
25	30	DIRECÇÃO GERAL DOS RECURSOS HUMANOS DA EDUCAÇÃO
25	36	GABINETE DO SEC. ESTADO DO EMPREGO E FORMAÇÃO PROFISSIONAL
25	38	COMISSÃO PARA A IGUALDADE NO TRABALHO E EMPREGO
25	39	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
25	50	INSPECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS DA JUSTIÇA
25	54	GABINETE PARA A RESOLUÇÃO ALTERNATIVA DE LITÍGIOS
25	57	SG - GABINETE PARA O DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA LOGÍSTICO NACIONAL
25	58	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUSTIÇA
25	59	GABINETE DO SECRETÁRIO ADJUNTO DO MINISTRO DA JUSTIÇA
25	60	GABINETE DO GESTOR DO POE/PRIME
25	61	DIRECÇÃO-GERAL DO ENSINO SUPERIOR
25	62	INSPECÇÃO GERAL DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL
25	63	DIRECÇÃO-GERAL DOS ARQUIVOS
25	65	GABINETE DO MINISTRO DO TRABALHO E DA SOLIDARIEDADE SOCIAL
25	68	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO DO PRIMEIRO-MINISTRO
25	69	INSPECÇÃO GERAL DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
25	70	INSPECÇÃO GERAL DO AMBIENTE E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO
25	80	INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS
25	82	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
25	88	GABINETE DA MINISTRA DA EDUCAÇÃO
25	89	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
25	90	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO ADJUNTO E DA EDUCAÇÃO
25	91	GABINETE DE AVALIAÇÃO EDUCACIONAL
25	94	DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALENTEJO
25	95	DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO ALGARVE

25	96	DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO CENTRO
25	97	DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DE LISBOA E VALE DO TEJO
25	98	DIRECÇÃO REGIONAL DE EDUCAÇÃO DO NORTE
26	00	ARQUIVO DISTRITAL DE BEJA
26	01	ARQUIVO DISTRITAL DE ÉVORA
26	02	ARQUIVO DISTRITAL DE FARO
26	03	ARQUIVO DISTRITAL DA GUARDA
26	04	ARQUIVO DISTRITAL DE LEIRIA
26	05	ARQUIVO DISTRITAL DE PORTALEGRE
26	06	ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO
26	07	ARQUIVO DISTRITAL DE SETÚBAL
26	08	ARQUIVO DISTRITAL DE VIANA DO CASTELO
26	09	ARQUIVO DISTRITAL DE VILA REAL
26	10	ARQUIVO DISTRITAL DE VISEU
26	11	DIRECÇÃO GERAL DO EMPREGO E RELAÇÕES DE TRABALHO
26	13	ESTABELECIMENTOS DE EDUCAÇÃO E ENS. E AGRUPAMENTOS DE ESC. COM 2ºC ENSI. BÁSICO
26	14	ESCOLAS BÁSICAS INTEG. 2º E 3º CICLOS E AGRUPAMENTOS ESC. COM 3ºC ENSINO BÁSICO
26	15	ESCOLAS SECUNDÁRIAS E AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS COM ENSINO SECUNDÁRIO
26	16	ESCOLAS PROFISSIONAIS PÚBLICAS
26	18	SECRETARIA GERAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
26	19	ARQUIVO DISTRITAL DE AVEIRO
26	20	ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGANÇA
26	21	ARQUIVO DISTRITAL DE CASTELO BRANCO
26	22	ARQUIVO DISTRITAL DE SANTARÉM
26	23	INSTITUTO PORTUGUÊS APOIO AO DESENVOLVIMENTO, I.P.
26	24	FUNDO DE COMPENSAÇÃO SALARIAL DOS PROFISSIONAIS DA PESCA
26	25	CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
26	30	FUNDO DE ACÇÃO SOCIAL
26	41	DIRECÇÃO GERAL DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO CURRICULAR
26	47	INSTITUTO DA DROGA E TÓXICODEPENDÊNCIA, IP
26	50	INSPECÇÃO-GERAL DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR
26	54	TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE LISBOA
26	55	TRIBUNAL DA RELAÇÃO DO PORTO
26	56	TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE COIMBRA
26	57	TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE ÉVORA
26	58	TRIBUNAL DA RELAÇÃO DE GUIMARÃES
26	59	TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO - SUL
26	94	EMBAIXADAS, CONSULADOS E MISSÕES
26	95	MAGISTRATURA JUDICIAL
27	12	DIRECÇÃO-GERAL DAS ARTES
27	15	MAGISTRATURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO
27	16	MAGISTRATURA DOS TRIBUNAIS ADMINISTRATIVOS E FISCAIS
27	19	GABINETE DE ESTRATÉGIA E ESTUDOS
27	21	DIRECÇÃO-GERAL DE ENERGIA E GEOLOGIA
27	23	CASA -MUSEU DR. ANASTÁCIO GONÇALVES
27	24	MUSEU DO ABADE DE BAÇAL
27	25	MUSEU DE ALBERTO SAMPAIO
27	26	MUSEU DE ARTE POPULAR
27	27	MUSEU DE AVEIRO
27	28	MUSEU DOS BISCAINHOS
27	29	MUSEU DE CERÂMICA
27	30	MUSEU DO CHIADO/MUSEU NACIONAL DE ARTE CONTEMPORÂNEA
27	31	MUSEU ETNOGRÁFICO E ETNOLÓGICO DR. JOAQUIM MANSO
27	32	MUSEU DE ETNOLOGIA DO PORTO
27	33	MUSEU DE ÉVORA
27	34	MUSEU FRANCISCO TAVARES PROENÇA JUNIOR
27	35	MUSEU GRÃO VASCO
27	36	MUSEU DA GUARDA
27	37	MUSEU DE JOSÉ MALHOA
27	38	MUSEU DE LAMEGO
27	39	MUSEU MONOGRÁFICO DE CONÍMBRIGA
27	40	MUSEU DA MÚSICA
27	41	MUSEU NACIONAL DE ARQUEOLOGIA
27	42	MUSEU NACIONAL DE ARTE ANTIGA
27	43	MUSEU NACIONAL DO AZULEJO
27	44	MUSEU NACIONAL DOS COCHES
27	45	MUSEU NACIONAL DE ETNOLOGIA
27	46	MUSEU NACIONAL MACHADO DE CASTRO
27	47	MUSEU NACIONAL DE SOARES DOS REIS



27	48	MUSEU NACIONAL DO TEATRO
27	49	MUSEU NACIONAL DO TRAJE
27	50	MUSEU DE D. DIOGO DE SOUSA
27	51	MUSEU DA TERRA DE MIRANDA
27	56	LEI DE PROGRAMAÇÃO MILITAR
27	71	GABINETE DO SEC. ESTADO DA SEGURANÇA SOCIAL
27	90	ESTADO-MAIOR GENERAL DAS FORÇAS ARMADAS
27	91	MARINHA
27	92	EXERCITO
27	93	FORÇA AEREA
27	95	AUTORIDADE FLORESTAL NACIONAL
28	04	TRIBUNAL CENTRAL ADMINISTRATIVO - NORTE
28	05	OUTRAS DOTAÇÕES PARA O APOIO AO ENSINO SUPERIOR
28	08	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA JUVENTUDE E DO DESPORTO
28	74	EDITORIAL DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
28	87	SUPERVISÃO INVESTIGAÇÃO E PRESTAÇÃO DE CUIDADOS DE SAÚDE
28	95	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
28	96	GABINETE DO SECRETÁRIO DE ESTADO DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DAS CIDADES
28	97	SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA SAUDE
28	98	GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO ADJUNTA E DA REABILITAÇÃO
29	02	AUTORIDADE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E ECONÓMICA
29	03	INSTITUTO DE ESTUDOS SUPERIORES MILITARES
29	04	GABINETE DO COORDENADOR NACIONAL DA ESTRATEGIA DE LISBOA E DO PLANO TECNOLÓGICO
29	14	SECRETARIA-GERAL PRESIDENCIA CONSELHO MINISTROS - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	15	SECRETARIA-GERAL DO MAI - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	16	SECRETARIA GERAL DO MNE - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	18	SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA DEFESA NACIONAL-SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	19	SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTICA-SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	20	SECRETARIA - GERAL DO MAOTDR - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	21	SECRETARIA GERAL DO MEI - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	22	SECRETARIA-GERAL - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	23	SECRETARIA-GERAL DO MOPTC - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	24	SECRETARIA - GERAL - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	25	SECRETARIA GERAL DO MINISTERIO DA SAUDE- SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	26	SECRETARIA - GERAL DO MINISTERIO DA EDUCAÇÃO - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	27	SG - MCTES - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	28	SECRETARIA-GERAL MINISTERIO DA CULTURA - SISTEMA DE MOBILIDADE ESPECIAL
29	29	GPEARI - FUNCIONAMENTO
29	30	DIRECÇÃO-GERAL DAS ACTIVIDADES ECONOMICAS
29	31	SECRETARIA-GERAL DO MINISTERIO DA JUSTICA - SUBSISTEMA DE SAUDE DA JUSTICA
29	32	DIRECÇÃO-GERAL DA POLITICA DE JUSTICA
29	34	DIRECÇÃO-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA
29	35	DIRECÇÃO-GERAL DE INFRA-ESTRUTURAS E DE EQUIPAMENTOS
29	36	ALTO COMISSARIADO DA SAUDE
29	37	AUTORIDADE PARA OS SERVIÇOS DE SANGUE E DA TRANSPLANTAÇÃO
29	38	GABINETE DE ESTRATEGIA E PLANEAMENTO
29	40	DIRECÇÃO GERAL DA AGRICULTURA E DESENVOLVIMENTO RURAL
29	41	GABINETE DE ESTATISTICA E PLANEAMENTO DA EDUCAÇÃO
29	43	GABINETE COORDENADOR DO SISTEMA DE INFORMAÇÃO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
29	44	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO NORTE
29	47	AUTORIDADE NACIONAL DE SEGURANÇA RODOVIARIA
29	48	AGENCIA PORTUGUESA DO AMBIENTE
29	49	DIRECÇÃO REGIONAL DE AGRICULTURA E PESCAS DO CENTRO
29	50	GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
29	51	DIRECÇÃO REGIONAL DE CULTURA DE LISBOA E VALE DO TEJO
29	52	INSTITUTO DOS MUSEUS E DA CONSERVAÇÃO, I.P. -SERVIÇOS DEPENDENTES - PALÁCIOS
29	53	GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATEGIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
29	54	COMISSAO PARA AS ALTERAÇÕES CLIMATICAS
29	61	GABINETE DE PLANEAMENTO E POLITICAS
29	64	COMISSAO PERMANENTE DE CONTRAPARTIDAS
29	65	AUTORIDADE PARA AS CONDIÇÕES DE TRABALHO
29	66	DIRECÇÃO GERAL DOS ARQUIVOS - SERVIÇOS DEPENDENTES
29	69	GABINETE DE PLANEAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
29	70	DEPARTAMENTO DE PROSPECTIVA E PLANEAMENTO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
29	71	GABINETE DE INVESTIGAÇÃO DE SEGURANÇA E DE ACIDENTES FERROVIARIOS
29	72	INSTITUTO DE INFRA-ESTRUTURAS RODOVIARIAS
30	08	GABINETE DO SECRETARIO DE ESTADO DA MODERNIZAÇÃO ADMINISTRATIVA
30	09	SEGURANÇA SOCIAL-LEI DE BASES
30	10	SEGURANÇA SOCIAL- ADICIONAL AO IVA
30	12	COMISSAO NACIONAL PARA AS COMEMORAÇÕES DO CENTENÁRIO DA REPÚBLICA

30	14	CONSELHO DE PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO
30	15	PROGR. REGUL. EXTRAORDINARIA DIVIDAS DO ESTADO BALCAO UNICO-SGMFAP
30	16	SISTEMA DE SEGURANÇA INTERNA
30	17	LEI DE PROGRAMAÇÃO DAS INFRA-ESTRUTURAS MILITARES
30	18	FUNDO DA LINGUA PORTUGUESA
30	19	GABINETE COORDENADOR DA SEGURANÇA ESCOLAR
30	20	UNIDADE DE TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E SEGURANÇA
30	21	FUNDO DE REABILITAÇÃO E CONSERVAÇÃO PATRIMONIAL
30	22	AUTORIDADE METROPOLITANA DE TRANSPORTES DE LISBOA
88	88	VERBAS SUJEITAS A CANDIDATURA

## Anexo IX

### Distribuição do *Plafond* por serviços e número de efectivos orçamentados

Ministério:

	Valores Orçamentados (€)			Nº de Efectivos Orçamentados para 2010 constantes do mapa de pessoal a)
	Funcionamento	PIDDAC	Total	
<b>Total do Ministério</b>				
<b>Serviços Integrados</b>				
Serviço 1				
Serviço 2				
Serviço 3				
Serviço ...				
<b>Fundos e Serviços Autónomos</b>				
Serviço 1				
Serviço 2				
Serviço 3				
Serviço ...				

a) Nos termos do artigo 5º da Lei 12-A/2008 de 27 de Fevereiro

O Secretário-Geral

---

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

**Anexo X**  
**Memória Justificativa e Declaração de Conformidade**

Ministério:
Sec. Estado:
Capítulo:
Divisão:
SubDivisão:
Valor Orçamentado: <span style="float: right;">unid: Euros</span>

**FUNCIONAMENTO**

Justificação da Proposta de Orçamento de **Despesa** por Grupo de Fonte de Financiamento \*

Notas para preenchimento:

Deve conter, de forma global e sintética, toda a informação necessária para a compreensão dos valores mais relevantes, por grandes agregados, indicando os pressupostos subjacentes às previsões de despesa, sendo que:

- no Agrupamento de Despesas com o Pessoal os valores devem ser coerentes com a informação constante do Anexo II (Quadros 1 e 2) e do Mapa de Pessoal aprovado pela Tutela;
- nos Agrupamentos de Transferências correntes (04) e de capital (08) deverá ser indicada a finalidade da transferência e o fundamento legal;
- devem ser indicadas as despesas integradas em programas orçamentais, quando existam;
- salientar outras despesas que se considere relevante destacar, designadamente, as inscritas em “Activos e Passivos Financeiros”, “Estudos, pareceres, projectos e consultadoria”, “Outros trabalhos especializados” e rubricas relativas a material de transporte;
- destacar as despesas orçamentadas em “**novas actividades**”.

\*) Entenda-se por Grupo de F.F.: Receitas Gerais (111/311 e 112/312); Auto-financiamento (120/510); Financiamento U.E. (200/400); Transferências AP (131/600) e Dívida (320/700)

## Memória justificativa do OE/2010

Ministério:	
Sec. Estado:	
Capítulo:	
Divisão:	
SubDivisão:	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

### FUNCIONAMENTO

Justificação da Proposta de Orçamento de **Receita** por Grupo de Fonte de Financiamento \*

#### Notas para preenchimento:

Deve conter, de forma global e sintética, toda a informação necessária para a compreensão dos valores com maior variabilidade (face a anos anteriores) e ou inscritos pela primeira vez, indicando, no caso dos SFA, quando aplicável, a fundamentação legal bem como os pressupostos subjacentes às previsões de receita orçamentadas.

## Memória justificativa do OE/2010

Ministério:	
Sec. Estado:	
Capítulo:	
Divisão:	
SubDivisão:	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

### DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

*Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta de orçamento aprovada pela tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo*

O responsável máximo do Serviço

---

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)

## Memória justificativa do OE/2010

Ministério:	
Sec. Estado:	
Capítulo:	
Divisão:	
SubDivisão:	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

### PIDDAC

Justificação da Proposta de Orçamento de **Despesa** por Grupo de Fonte de Financiamento \*

#### Notas para preenchimento:

Deve conter, de forma global e sintética, toda a informação necessária para a compreensão dos valores mais relevantes, por grandes agregados, indicando os pressupostos subjacentes às previsões de despesa, sendo que:

- salientar as Despesas com o Pessoal que constam do Anexo II (Quadros 1 e 2) e do Mapa de Pessoal aprovado pela Tutela que estão imputadas ao PIDDAC;
- nos Agrupamentos de Transferências correntes (04) e de capital (08) deverá ser indicada a finalidade da transferência e o fundamento legal;
- salientar outras despesas que se considere relevante destacar, designadamente, as inscritas em “Activos e Passivos Financeiros”, “Estudos, pareceres, projectos e consultadoria”, “Outros trabalhos especializados” e rubricas relativas a material de transporte;
- destacar as despesas orçamentadas em “**novos projectos**” e justificar a não inclusão de projectos que constavam da programação plurianual em 2009 com previsão de despesa em anos seguintes (Mapa XV);
- destacar aumentos significativos no custo total do projecto face ao previsto em 2009 no Mapa XV).

\*) Entenda-se por Grupo de F.F.: Receitas Gerais (111/311 e 112/312); Auto-financiamento (120/510); Financiamento U.E. (200/400); Transferências AP (131/600) e Dívida (320/700)

## Memória justificativa do OE/2010

Ministério:	
Sec. Estado:	
Capítulo:	
Divisão:	
SubDivisão:	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

### PIDDAC

Justificação da Proposta de Orçamento de **Receita** por Grupo de Fonte de Financiamento \*

#### Notas para preenchimento:

Deve conter toda a informação necessária para a compreensão dos valores com maior variabilidade (face a anos anteriores) e ou inscritos pela primeira vez, indicando, no caso dos SFA, quando aplicável, a fundamentação legal bem como os pressupostos subjacentes às previsões de receita orçamentadas.



## Memória justificativa do OE/2010

Ministério:	
Sec. Estado:	
Capítulo:	
Divisão:	
SubDivisão:	
Valor Orçamentado:	unid: Euros

### DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

*Declaro que a informação registada no Sistema de Orçamento de Estado (SOE) está conforme com a proposta de orçamento aprovada pela tutela, respeitando o plafond distribuído ao serviço/organismo*

O responsável máximo do Serviço

---

(Assinatura digital certificada)

Data: (registada automaticamente)